



FUNCHAL INVESTE EM HABITAÇÃO

pág.3



EXPERIÊNCIA E COMPETÊNCIA

pág.6



OS RISCOS DOS “CHUMBOS”

pág.10

FUTURO DA AGRICULTURA REGIONAL

pág.11

É PRECISO FAZER A DIFERENÇA

pág.16



VONTADE DE CONTINUAR

Célia Pessegueiro sente-se motivada e satisfeita com os resultados obtidos. Mas quer continuar e tem projetos para fazer da Ponta do Sol um lugar melhor, para quem lá vive e para quem lá investe.

pág.8



AUTARQUIAS

PORTO MONIZ SEM DÍVIDAS

O ano de 2021 começou, para a câmara do Porto Moniz, sem quaisquer dívidas a fornecedores. Todas as contas “herdadas” da gestão anterior foram pagas. A dívida que ainda existe é financeira, e foi contraída no mandato de Gabriel Farinha, entre 2004 e 2007, tendo vindo a ser paga, sem negligenciar “os investimentos, necessidades e apoios necessários à população” do concelho, disse Emanuel Câmara.

A câmara tem sido, de acordo com o autarca, “um exemplo de rigor e responsabilidade em termos de gestão financeira”, e só não vai mais longe “porque existem entidades gestoras de fundos comunitários que são usadas como braços armados do Governo Regional”. Neste mês foi também a câma-



ra notificada no sentido de ver homologada pela Secção Regional do Tribunal de Contas a verificação interna da sua

conta de gerência. A autarquia socialista espera agora pela homologação das contas de 2017, que confirmará – afiança

Emanuel Câmara – “a ausência de reparos na gestão das contas da autarquia ao longo de todo o primeiro mandato”.

**FUNCHAL APOIA COMÉRCIO LOCAL**

A câmara municipal do Funchal aprovou um pacote de medidas de apoio à economia local no valor de um milhão de euros, e que passa pela isenção de taxas de ocupação do espaço público, de publicidade e de tarifas fixas nas faturas de água, resíduos e saneamento básico.

As isenções aplicam-se, nesta fase, ao primeiro semestre de 2021, bem como ao projeto de venda ambulante “Funchal Sobre Rodas”.

Miguel Silva Gouveia justifica esta medida como uma reação “às novas medidas restritivas a que o Funchal tem sido sujeito”, e que tem afetado o tecido económico e empresarial da cidade. Este apoio será também parcialmente extensível às áreas da hotelaria, alojamento local e comércio de serviços, bem como táxis.

Para o setor da construção, o apoio da câmara passa pela isenção de taxas urbanísticas.

**MACHICO PROTEGE ESCOLAS DE 1º CICLO**

As escolas de primeiro ciclo de Machico receberam da câmara municipal equipamento de proteção individual e consumíveis de desinfeção. A lista de material distribuído, que inclui hipoclorito, luvas, desinfetante de mãos, máscaras, tapetes, termómetros e toalhas de papel, que são matérias que permitem a proteção dos alunos e dos quadros das escolas contra a pandemia de Covid-19. Este

investimento vem na sequência de outros que têm vindo a ser feitos desde o início do ano letivo, e que têm permitido às escolas funcionar de forma mais ou menos normal desde o regresso às aulas no ano de 2020/21.

Só esta tranche representa um investimento na ordem dos 6500 euros, e os materiais adquiridos foram integralmente distribuídos pelas escolas durante o mês de janeiro.

FUNCHAL INVESTE EM HABITAÇÃO SOCIAL

São mais de duzentas novas habitações que a câmara do Funchal vai construir ao longo dos próximos três anos, numa colaboração que envolve também o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e a Secretaria de Estado da Habitação.

O acordo entre a CMF e o IHRU deverá abranger mais de oitocentas pessoas, nos antigos bairros sociais da Penha de França, da Quinta das Freiras, da Ponte e ainda na Nazaré, ao que se soma a aquisição de edifícios devolutos no centro Funchal, que serão

reabilitados para habitação.

De acordo com Miguel Silva Gouveia, "o Funchal foi o primeiro Município da Região a realizar este trabalho, e é o único que tem neste momento uma Estratégia Local de Habitação, com um plano a dez anos, numa altura em que se avizinha uma grave crise socioeconómica.

Na política os bons resultados só chegam com trabalho, visão e seriedade. Ao longo dos últimos anos, foi sempre isso que fizemos: transformar promessas e obstáculos em resultados e compromissos cumpridos."



FUNCHAL COM ACESSIBILIDADES MELHORADAS

Nos meses de dezembro e janeiro foram repavimentadas várias estradas no Funchal, com investimentos da câmara do Funchal superiores a 250 mil euros.

As estradas contempladas foram o Caminho de Ferro, o Caminho da Ladeira, a Estrada Conde de Carvalhal, o Caminho das Courelas e Caminho da Igreja.

Estes melhoramentos são parte de um esforço da câmara no sentido de melhorar acessibilidades, e estão

associados a reparações profundas nas redes subterrâneas, de esgotos e de distribuição de água potável.

Estas empreitadas são, nas palavras de Miguel Silva Gouveia, "obras de proximidade desta câmara que terão um impacto direto e substancial no bem-estar das famílias funchalenses." Os melhoramentos viários, antecedidos de obras de recuperação de infraestruturas subterrâneas, deverá continuar nos próximos meses.



MAIS OBRAS PARTICULARES NA PONTA DO SOL

O interesse crescente pela Ponta do Sol faz aumentar em 150% o número de licenciamentos de obras particulares desde o início do mandato.

De acordo com os dados estatísticos referentes a processos de obras particulares, o número de licenças emitidas durante o ano de 2019 teve um aumento de cerca

de 66% face ao ano de 2018. Em 2019, de acordo com os dados acima referidos, houve 60 licenciamentos para novas construções. Em 2018 tinha havido 36 pedidos de licenciamento, um valor já por si bem superior aos verificados em 2016 e 2017, com 23 e 24 licenciamentos respetivamente.

AUTARQUIAS

IMI MAIS BAIXO NO FUNCHAL

A Assembleia Municipal do Funchal aprovou, por unanimidade, a proposta de aplicação na cidade do escalão mais baixo de IMI previsto na legislação, 0,3%.

A realidade é ainda mais benéfica para os munícipes, garante Miguel Silva Gouveia, na medida em que, para além de se manter o IMI nos 0,3%, “acrescentamos o IMI familiar, que são deduções feitas às famílias que tenham dependentes a seu cargo, e que variam entre os 20 e os 70 euros”, disse.

Foi realçada os baixos custos fiscais da autarquia, comparado “com a fiscalidade que existia quando o PSD geria a câmara”, referindo-se especificamente à devolução de 3 milhões de euros do IMI aos



funchalenses, “no quadro de apoios às famílias nos tempos difíceis que se avizinham”. Miguel Silva Gouveia referiu

também a importância do esforço feito pelo município em termos de reabilitação urbana, sendo neste aspeto a terceira

cidade do país em termos de recursos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana.



NOVOS ESPAÇOS NA PONTA DO SOL

A devolução de espaços públicos aos cidadãos, bem como a sua devida manutenção, tem sido uma das bandeiras desta vereação, aliás como acontece por toda a Europa. Um dos locais identificados para esta ação sido os Fregueses Novos. A zona apresentava um aspeto bastante degradado, e tratava-se de requalificar e arranjar a área, nas imediações da ribeira de Santiago, marcado por monumentos históricos,

como as antigas pontes do caminho para os Canhas. A valorização do espaço, com criação de lugares de estacionamento e zonas ajardinadas, bem como espaços vocacionados para convívio e socialização, teve um custo de cerca de 100 mil euros. O espaço situa-se ainda na freguesia da Ponta do Sol, mais claramente nos acessos aos Canhas, pelo que funciona um pouco como porta de entrada nesta freguesia.

MACHICO IMPÔS REGRAS NO REGRESSO ÀS AULAS

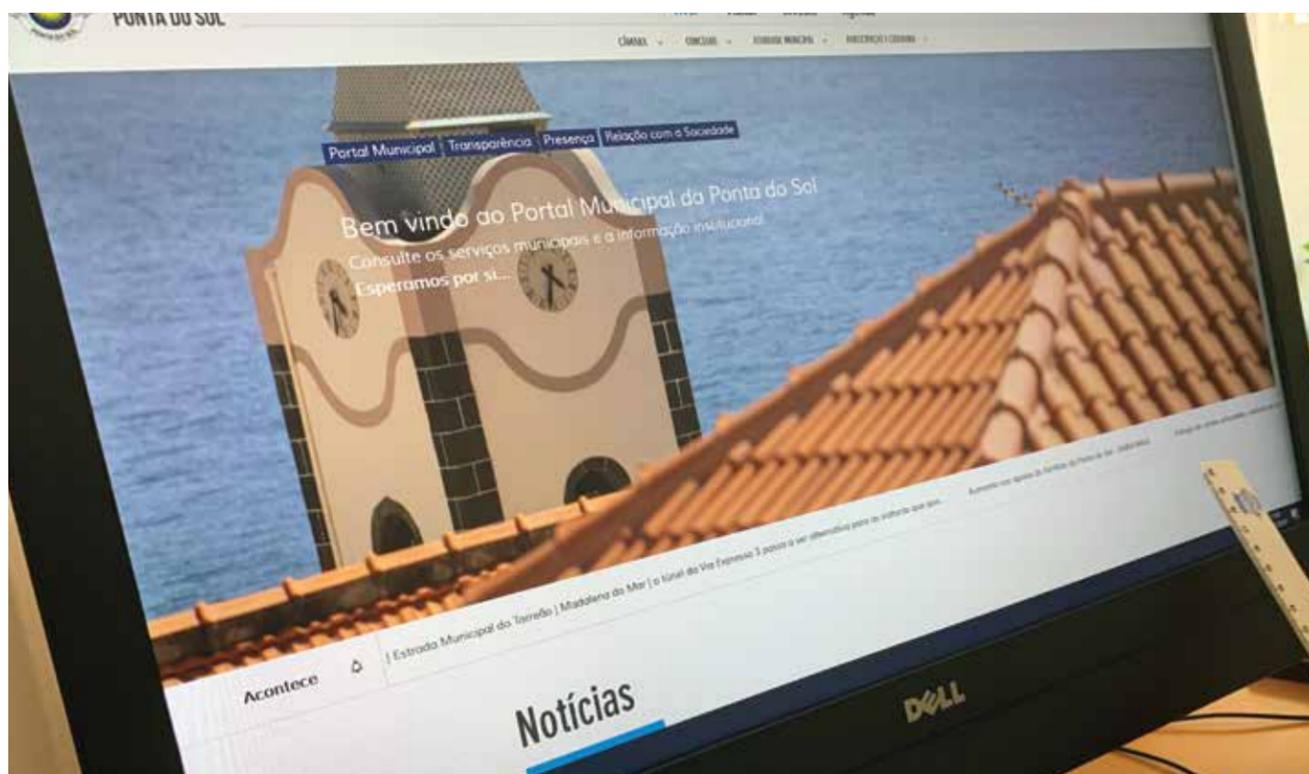
O regresso às aulas, depois das férias do Natal, trouxe riscos acrescidos para as populações. Nesse sentido, a câmara municipal de Machico solicitou às secretarias da Educação, e da Saúde e Proteção Civil, a adoção de medidas específicas e proteção da comunidade escolar. O ofício enviado foi elaborado na sequência da audição das administrações das escolas do concelho, da delegada escolar do concelho, bem como

da vereadora responsável pela educação e dois serviços de proteção civil municipais. Aquando do envio do ofício, todas as escolas do concelho funcionavam normalmente, exceto a EB 2/3 do Caniçal. O município considerou que seria pertinente a realização de testes a toda a comunidade, incluindo alunos e pessoal docente e não docente, e continua a acompanhar a situação epidemiológica no concelho.

PONTA DO SOL ONLINE

A modernização administrativa permite impor mais eficácia e celeridade no processo de decisão das autarquias. Foi desde o início uma das prioridades da equipa que gere a câmara municipal da Ponta de Sol.

Assim, a par da Loja do Múncipe, já a funcionar, a câmara passa a contar também com um instrumento online, que permite aos munícipes e empresários entregar documentação, submeter requerimentos e tratar da grande maioria dos processos camarários, a partir de casa ou da empresa. Pode ainda acompanhar o estado dos seus processos, fazer alertas e comunicar ocorrências, bem como fazer leituras de consumo de água, e entregar requerimentos vários.



Para poder beneficiar destas possibilidades terá de se deslocar à Loja do Múncipe para ativar o serviço presencialmente

- um imperativo legal -, após o que poderá aceder aos serviços, usando um computador, um tablet ou um smartphone

adequado, como se estivesse no espaço físico da Loja.

Saiba mais em www.cm-pontadosol.pt

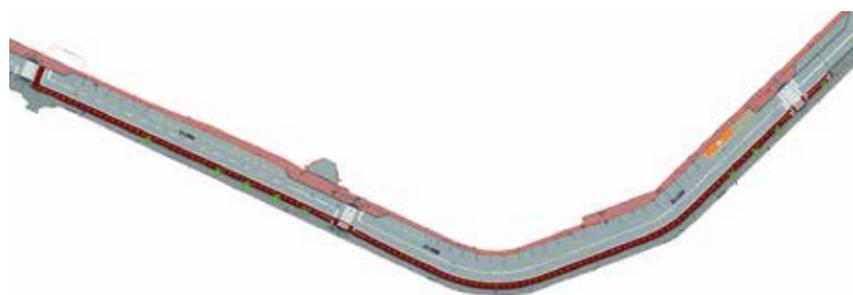


INSTITUTO DE EMPREGO “RECUSA” PORTO MONIZ

O Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM (IEM) propõe-se recusar uma candidatura da câmara municipal do Porto Moniz no sentido da criação de um polo de emprego no concelho. A proposta foi apresentada porque o Porto Moniz era o único concelho da Região sem um polo de emprego, o que forçava os utentes do Porto Moniz a deslocar-se a São Vicente. Emanuel Câmara, presidente da câmara de Porto Moniz, considera “inaceitável” esta

decisão do IEM, principalmente no atual contexto de pandemia, sendo óbvio que um balcão de atendimento local, e menos sobrecarregado, criará melhores condições e será certamente mais seguro que a opção indicada pela tutela. A decisão proposta pelo IEM originou um voto de protesto (com voto contra do vereador do PSD), que será enviado à secretaria da tutela, bem como aos secretários de Estado do Emprego, e da Segurança Social.

FUNCHAL TEM ESTRADA MONUMENTAL MAIS ACESSÍVEL



Alargar os passeios e tornar a área mais acessível e segura para todos, são os objetivos apontados pela câmara do Funchal para a intervenção que está já a decorrer na estrada Monumental.

A obra foi apontada por Bruno Martins, vereador responsável pela Mobilidade Urbana, como um passo na “requalificação urbanística de toda a área poente do Funchal, melhorando a acessibilidade numa área especial-

mente procurada por locais e turistas, quer para efeitos de lazer ou de prática desportiva”. Prevê-se o alargamento dos passeios existentes, sendo que os acessos às passadeiras serão prolongados, rebaixados e dotados de pavimento táctil para facilitar a mobilidade e segurança dos pedestres. A obra vai permitir também estender a ciclovia e melhorar as condições de acesso às paragens de autocarros.

DEPUTADOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

BIO

Formou-se em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, seguindo-se uma especialização em Corporate Finance no ISCTE. Mestre em Gestão Internacional pela ISCTE Business School.

Passou pela Price Waterhouse Coopers, como auditor, pela Saipem (Portugal), como controller, pela ANAM – Aeroportos da Madeira, como diretor de Marketing de Aviação.

Desde 2011 foi administrador na Porto Santo Line.

A sua experiência no setor do turismo não se limitou à vida empresarial, tendo desempenhado um papel ativo em termos de associativismo, como vice-presidente da ACIF – Câmara de Comercio e indústria da Madeira, Vice-presidente da Associação de Promoção da Madeira e membro dos órgãos sociais da Confederação do Turismo de Portugal, da Associação Nacional de Turismo e do Conselho de Turismo da CIP.

É atualmente deputado do PS na Assembleia Legislativa da Madeira e membro do Secretariado Regional do partido.



SÉRGIO GONÇALVES

MUDAR É PRECISO

Em termos do futuro, “queremos mais, e com os recursos disponíveis é possível fazer mais e melhor pela Madeira e pelos madeirenses, e sabemos que uma avaliação séria e desinteressada reconhecerá que esta é a única maneira de estar em política”.

“Não sou avesso ao risco e à mudança” é a forma como Sérgio Gonçalves explica a sua entrada na política, acrescentando aliás que “é isso que nos faz evoluir”. Foi constatando que a única coisa que nos permitiria continuar a ter no turismo um modo de vida sustentável seria a “defesa intransigente daquilo que nos faz diferentes”. Esta era a visão da Associação de Promoção da Madeira, e entendia-se que devia ser esta também a visão do Governo Regional.

Em dada altura foi apresentado um projeto estratégico para o futuro do turismo na Madeira, que o levou a questionar a visão do Governo Regional para o setor, e ganhar

a convicção que haveria outros posicionamentos que permitiriam um futuro mais sustentado e sustentável para o setor do turismo e para a Região como um todo.

Considerava que “o Governo Regional do PSD continuava (e continua) a ser mais do mesmo há demasiado tempo”, pelo que abraçou o projeto político, e assumiu o compromisso com a população, concretizado nas suas funções de deputado.

Os resultados das eleições foram bons sem serem ótimos. O PS continuava a ser uma alternativa credível, e a mudança continuava a ser o objetivo, e a vontade de muitos madeirenses. “Assumimos o papel de oposição, porque em política é preciso, acima de tudo, ser coerente”.

Na ALR, no dia a dia, procuramos exercer as nossas competências, propondo o que vemos como as melhores soluções. A experiência tem sido “muito diferente do que tinha feito até agora”.

UMA VISÃO DO TURISMO

Em meados dos anos noventa houve um profundo desequilíbrio que se gerou na Madeira, na medida em que trabalhou a oferta e se negligenciou a procura. Criou-se, pois, uma oferta excessiva para uma procura estagnada, e isto significou que houve vinte anos de anemia em todo o sector. Considero que “defender o interesse das empresas é defender os interesses da Região e do sector”, da mesma forma que “para defender a Região é preciso acautelar os interesses do sector e das empresas que aqui operam”.

É preciso que haja planos estratégicos, mas também é preciso que se apliquem, de uma forma sistemática e coerente, se necessário contra os interesses instalados, na busca do maior interesse da Região e da sua sustentabilidade, ambiental, mas também financeira e social.

GRUPO PARLAMENTAR

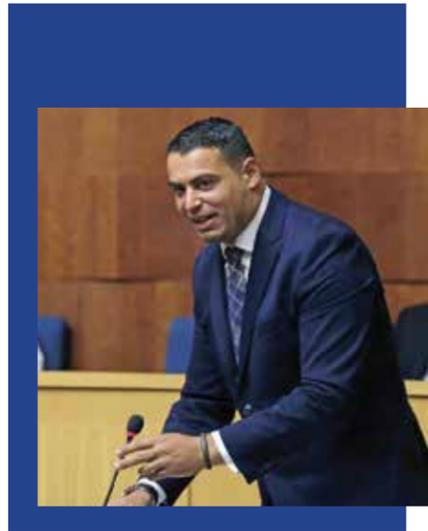
PROPOSTAS PELA MADEIRA**COVID NA RAM**

Miguel Iglésias mostrou-se preocupado com o crescente número de casos de infeção por Covid-19 na Madeira, continuando a ser batidos recordes, quando o Governo Regional insiste em dizer que a situação está controlada. O líder parlamentar do PS-Madeira deu conta que a Região está em situação de risco muito elevado, com 693 casos por 100 mil habitantes, muito pior do que os Açores e Canárias, e questionou o Executivo sobre se considera que as medidas de restrição em vigor na Madeira estão a ter o efeito pretendido, e qual o cenário previsto para uma redução substancial da situação de risco de infeções.

**DESCONTRÓLO REGIONAL**

Élvio Jesus criticou o modo como o GR está a lidar com a pandemia, perguntando que fatores terão levado a esta situação de algum descontrolo na Madeira e como tenciona o executivo evitar as consequências graves que se estão a verificar no acesso a todos

os serviços públicos, com particular destaque para os centros de saúde e até mesmo à linha Saúde 24.

**GOVERNAR SÓ É MAU**

Miguel Brito criticou o facto de os projetos e recomendações ao Governo apresentados pelo PS serem constantemente reprovados, advertindo que “não se pode governar isolado, tomando decisões sem ouvir os parceiros políticos e os legítimos representantes da população da Madeira e do Porto Santo”. Miguel Brito apontou ainda o dedo à lógica de investimento por parte do executivo no Porto Santo.

**APOIAR A AGRICULTURA**

Tânia Freitas deu conta das dificuldades que muitos agricultores estão a atravessar por

não conseguirem escoar os seus produtos. Há agricultores com as colheitas de 2019 e 2020 completamente perdidas, pelo que questionou o Governo Regional se existe algum procedimento ao qual estes possam recorrer para fazer face a esses prejuízos. A parlamentar socialista criticou a maioria por reprovarem propostas que serviriam para minimizar os problemas que os agricultores enfrentam e considerou ser importante que o Governo mantenha a porta do diálogo aberta.

**MAIS DESEMPREGO**

Sérgio Gonçalves referiu que a situação atual aos níveis sanitário e económico é preocupante, dando conta do crescimento do desemprego, muito devido ao momento que o turismo atravessa. O parlamentar con-

siderou que há medidas tomadas pelo Executivo que são incompreensíveis e disse que “andamos a perder tempo sem dar respostas céleres às pessoas e às empresas”.

**MELHOR EDUCAÇÃO**

Rui Caetano apresentou um projeto de resolução que visa a existência de um Pacto Educativo entre as autarquias locais e o Governo Regional. O parlamentar defendeu que todos deverão trabalhar de forma coordenada, com o objetivo de conseguirmos uma Educação cada vez melhor, e considerou que o poder local poderia assumir um papel ainda mais eficaz e determinante se o seu trabalho fosse mais valorizado e rentabilizado pelo Governo Regional.



COM PRINCÍPIOS.
SEM PRIVILÉGIOS.

GRANDE ENTREVISTA



CÉLIA PESSEGUEIRO

A OESTE TUDO DE NOVO

“Acordo todas as manhãs com vontade de vir para a Câmara, e todos os dias vejo coisas que podem ser melhoradas - e ajo em função disso. E enquanto tiver capacidade para isso, vou fazer da Ponta Sol um lugar melhor, para os que cá vivem, para os que nos visitam, e para os que cá querem investir”.

Foram dias longos os que marcaram o início do mandato de Célia Pessegueiro na câmara municipal da Ponta do Sol. Não que a realidade que encontrou fosse muito diferente do que esperava, exceto na área da gestão, em que encontrou uma instituição pública na “idade média”, o que se refletia necessariamente na capacidade de cumprir as suas tarefas no serviço à população.

Os esforços da autarca e da sua equipa foram-se desenvolvendo em dois sentidos em

simultâneo: determinar o que funcionava e o que não funcionava, e procurar formas de funcionamento mais eficazes, mas sem nunca deixar de dar resposta às necessidades e anseios da população.

Um dos maiores ganhos foi a introdução de uma capacidade de iniciativa, que não existia. “Quando cá cheguei os processos vinham a despacho em cada uma das fases, e no fim do dia sentava-me na mesa de reunião com pilhas de processos”. Hoje, já não é assim. Os processos já che-

gam para despacho instruídos, e muitas vezes já com uma proposta de decisão. Mas foi preciso criar novas rotinas internas, e mudar tradições com muitos anos.

Mas é muito estimulante ser capaz de capacitar as pessoas, e levá-las a ir mais longe. Muitas vezes, levando-as a serem capazes de ir mais longe do que suspeitavam serem capazes. E os funcionários da câmara, de uma forma geral, corresponderam, e são hoje certamente colaboradores, mais do que meros funcionários. No

BIO

Nasceu na freguesia dos Canhas (Ponta do Sol).

É licenciada em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesas pela Universidade da Madeira.

Foi diretora editorial, tendo-se envolvido ativamente em eventos culturais de relevo para a Região Autónoma da Madeira, como, por exemplo, o Festival Literário da Madeira.

Foi a primeira mulher a presidir uma organização política de juventude na Madeira.

Foi deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira pelo Partido Socialista entre 2005 e 2007. Foi deputada municipal na Ponta do Sol.

Foi vereadora na Câmara Municipal da Ponta do Sol entre 2013 e 2017.

Foi a primeira mulher eleita a presidir uma câmara municipal da RAM: desde outubro de 2017, é presidente da Câmara Municipal de Ponta do Sol.

início do mandato foi necessário um grande esforço de modernização administrativa, nomeadamente em termos de processamento documental. Usa-se hoje muito menos papel que no início do mandato, e houve uma revisão profunda dos workflows na câmara.

Margem para melhorar

Estamos ainda longe do que queremos, e há certamente margem para melhorar, mas o PSD bloqueou a contratação de pessoal adicional, e não pudemos suprir necessidades

GRANDE ENTREVISTA

As câmaras da Madeira precisam de um mecanismo que clarifique as expectativas de distribuição de verbas pelo Governo Regional... uma espécie de “lei das finanças municipais”, porque neste momento só podemos contar com o que vem do Orçamento do Estado.



claras. Em 2020 foi possível concluir um processo iniciado em 2019 para contratar uma série de operacionais, que constituiu uma clara mais valia para o município. Mas mesmo na área mais interna e processual, a abertura da loja do município permitiu melhorar significativamente o funcionamento da câmara, na medida em que facilita a interação com os munícipes, e pela criação de uma estrutura sólida de back office.

Como desafio para os próximos anos há ainda coisas que é importante mudar, até para podermos continuar a melhorar os serviços prestados à população. Por exemplo, há regras e códigos (Regulamentos Municipais) que se criaram e que nunca foram revistos, ao ponto de já não cumprirem as leis e as normas comunitárias atuais.

A Ponta do Sol teve anos fantásticos, e continua com muito bons índices em termos de construção e reabilitação urbana. Esta realidade, que se verifica quer em termos de habitação, quer em termos de alojamento local, mostra que há vontade de investir e de morar na Ponta do Sol, e a câmara só tem de dar resposta a esta necessidade, procurando sempre fazê-lo da forma mais adequada, e no

menor tempo possível.

Por outro lado, temos desenvolvido esforços no sentido de proteger estes investimentos. O que se faz quer em termos de procurar garantir a qualidade em termos de novas construções, quer em termos de assegurar a limpeza e manutenção dos espaços públicos do concelho, o que até acaba por ser um desafio interessante e que tem tido grande aceitação por parte dos munícipes, que já compreenderam que isto só vem aumentar o valor das suas propriedades. Aquilo que as pessoas procuram na Ponta do Sol são as possibilidades



acrescidas de um espaço mais ou menos “virgem”, onde se encontram disponíveis todos os serviços. Ainda é possível encontrar casas antigas passíveis de recuperação, com todas as vantagens que daí decorrem, e por outro lado é possível assegurar uma sustentabilidade da presença humana que nem sempre é possível noutros locais.

Mas a verdade é que a estes esforços têm esbarrado com obstáculos, nomeadamente por parte do Governo Regional. Em termos de contratos-programa, que eram rotina nas gestões anteriores, mas também em coisas tão simples como, por exemplo, a manutenção da estrada regional, que é orçamentada, mas não executada. O IHM quase não tem atividade no concelho, e até compreendo que precisassem de dar prioridade a outras necessidades, mas não pode ser uma situação de tudo e nada. As pessoas têm de ter a perceção que não são meras pagadoras de impostos...

A realidade e os sonhos

Gostava que fosse possível avançar com algum investimento estruturante, mas receio que isso não vá ser possível. A pandemia – que não pode ser justificação para tudo... - acabou por definir ou-

tras prioridades para a câmara: estar próxima e ajudar a população. Não quer dizer que não temos sonhos. Muitos até já têm planos, faltando apenas os meios financeiros para os concretizar. Mas não os queremos lançar até termos definidos meios de pagamento, porque isso foi outra mudança desta gestão: os fornecedores sabem, hoje, que prestam um serviço ou fornecem um bem, isso é faturado e pago numa questão de dias, e não de meses ou anos, como acontecia anteriormente.

Gostava muito que fosse criado um sistema claro de distribuição de verbas pelo Governo Regional, um pouco como uma lei de finanças regionais para os municípios... mas a verdade é que só podemos contar com as verbas que nos são transferidas diretamente do orçamento de Estado, e que felizmente têm aumentado.

Sobre a minha perspetiva pessoal... nunca pensei que fosse gostar tanto de estar num órgão executivo... é fantástico poder idealizar e implementar. Sobre o futuro, consigo perspetivar o meu trabalho agora, e daqui a seis meses, e daqui a quatro anos, e tenho ideias muito definidas sobre o que quero ver feito na Ponta do Sol daqui a dez anos.



UMA NOVA LIDERANÇA

PSD E CDS SACRIFICAM MADEIRENSES AO CHUMBAREM PROPOSTAS DO PS



Desde o início da conjuntura pandémica que o Partido Socialista, através do seu Grupo Parlamentar, tem, repetidamente, apresentado propostas no sentido de apoiar os setores da economia mais afetados. No entanto, aquilo que temos visto é os dois partidos que suportam o Governo Regional a chumbarem, sistemática e deliberadamente, todas as soluções que visam acudir as empresas e as populações neste momento de dificuldades sem precedentes. Um exemplo disso foi o projeto de decreto legislativo regional que visava a criação de um programa de 65 milhões de euros a fundo perdido para apoiar as empresas nesta fase, tendo em conta que as medidas adotadas pelo Governo Regional se têm revelado insuficientes. A proposta socialista preconizava um apoio direto à comparticipação de despesas que não eram elegíveis em programas apresentados pelo Executivo, nomeada-

A maioria parlamentar PSD/CDS na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira tem vindo a mostrar insensibilidade e desprezo pela situação angustiante em que vivem muitos madeirenses e porto-santenses em consequência da pandemia de Covid-19.

mente custos com os salários, com as contribuições para a Segurança Social, com as rendas, com a vigilância e segurança e com consumos de energia elétrica ou água. Através desta solução, o PS pretendia apoiar o tecido empresarial da Região, procurando, desta forma, travar o crescimento do desemprego. Todavia, esse não foi o entendimento da maioria, que fez tábua rasa deste projeto, sendo que hoje a Madeira é a terceira região do país onde o desemprego mais cresceu.

Também o setor da Cultura e das Artes, um dos mais afetados pelas medidas restritivas de combate à Covid-19, viu ser chumbada uma ajuda proposta pelo PS-M. A iniciativa socialista preconizava a criação de duas linhas de apoio, uma para entidades culturais e artísticas, profissionais ou amadoras, e outra para operadores e operadoras culturais, para fazer face à queda abrupta de público e ao cancelamento de espetáculos. Outra área merecedora de atenção por parte do Grupo

Parlamentar do PS foi a agricultura. Atendendo às dificuldades que os agricultores estão a sentir para escoarem os seus produtos – em muitos casos perdendo grandes colheitas –, o PS propôs que o Governo Regional direcionasse essas mesmas produções para instituições de solidariedade social não contempladas no Fundo de Emergência Social e, por outro lado, sugeriu que fosse dada prioridade ao consumo de produtos regionais nas escolas, hospitais e outros organismos públicos. Uma vez mais, estas medidas válidas e que iriam responder às dificuldades sentidas em várias frentes não tiveram, lamentavelmente, o assentimento da maioria. Tais atitudes revelam um PSD e um CDS que não olham a meios para castrar todas as iniciativas socialistas, mesmo que, para isso, sacrifiquem os madeirenses e os porto-santenses.

EM TODAS AS FRENTES

JS-M PROMOVE CONFERÊNCIA SOBRE PRESIDENCIAIS

A Juventude Socialista-Madeira e o Madeira 2030 promoveram uma teleconferência que visava debater a questão das eleições presidenciais.

Com a participação das juventudes de várias concelhias, contou ainda com João Marecas, advogado e co-fundador de “Os Truques da Imprensa Portuguesa”, e Olavo Câmara, que encerrou a sessão.

João Marecas explicou que vê as estruturas jovens dos parti-

dos como “absolutamente essenciais” para o futuro da participação política, mas entende também “que quem está fora não deve ser força-

do a integrar um partido para ter participação política”.

Todos os participantes apelaram à participação na eleição,

tendo Marco Estrela, da JS-Machico, afirmado que “votar é a forma de lutar contra os que nos querem roubar a democracia”.

Olavo Câmara manifestou satisfação pela realização da conferência, deixando um apelo à integração de jovens no Conselho de Estado, afirmando ainda que “como madeirense e autonomista” vê com muitos maus olhos a continuação da figura do Representante da República.



SARA CERDAS DEFENDE FUTURO DA AGRICULTURA REGIONAL

Sara Cerdas questionou a ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, durante a apresentação das prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da UE, no Parlamento Europeu, sobre como tenciona garantir que os agricultores das regiões ultraperiféricas (RUP) disponham de “financiamento adequado”, como por exemplo o POSEI, para cumprir os objetivos do

Pacto Ecológico Europeu. Tendo em conta o papel de liderança que a UE assumiu no combate às alterações climáticas, em que pretende alcançar a neutralidade climática até 2050, a eurodeputada destacou na sua intervenção os desafios que as RUP vão enfrentar no âmbito da concretização destes objetivos. “As suas características ligadas à insularidade, represen-

tam um grande desafio e necessitam de apoio para o seu desenvolvimento, no que cabe à inovação na agricultura e desenvolvimento regional”. A transformação da agricultura, o aumento da agricultura biológica e a redução da utilização de pesticidas são alguns dos objetivos da UE ambiciona, no sentido de transformar a sociedade e a economia europeias.



JS E MULHERES SOCIALISTAS PROCURAM AGENDA COMUM

Uma reunião online entre as estruturas da Juventude Socialista e Mulheres Socialistas serviu para procurar uma agenda comum, de forma a que se possam desenvolver ações conjuntas. As duas organizações procuram formas de fazer a diferença, em termos de integração, igualdade, e oposição à violência e à extrema direita xenófoba. Elza Pais (MS) defendeu a promoção de novas formas de fazer política, “com e para os jovens”, enquanto Miguel Matos (JS) quer iniciativas “que tornem visível a articulação” entre as Mulheres Socialistas e a Juventude Socialista.

OPINIÃO



HELENA FREITAS

NOVA CONCELHIA POR UM SÃO VICENTE MELHOR

São Vicente é um concelho de Norte situado entre os vales, as montanhas e o mar. Um Concelho que precisa de respirar, e de se libertar de tudo o que o aprisiona e asfixia. É com toda a energia e fulgor que arrancamos com esta nova Concelhia, pois São Vicente precisa de mais, muito mais. São Vicente precisa de voltar a ter a mesma vivacidade de outros tempos. Quero desde já, e como Presidente de Concelhia agradecer a todos os envolvidos nestas eleições, e pela oportunidade que me deram, pois sem vocês não seria possível esta nova Concelhia. Meus caros Camaradas, preciso de todos vós para reerguermos este concelho que há muito se encontra abandonado. O concelho de São Vicente tem muito para ser desenvolvido, e não pode esta Concelhia aceitar que ao longo dos últimos anos tenha vindo a perder qualidade, população e postos de trabalho. Não pode esta Concelhia aceitar que São Vicente morra de dia para dia, sem que ninguém lhe deite a mão antes do último folego. Para além das dificuldades criadas pela pandemia, o concelho de São Vicente, e especificamente as freguesias de Ponta Delegada e Boaventura,

foi brindado, em 24 de dezembro, com chuvas torrenciais, tendo a natureza demonstrado que a nossa terra é frágil e que há muito por fazer, e que há muito que já deveria ser feito. A chuva que se abateu nestas freguesias provocou desabamentos de terras, de estradas, e levou à sua frente tudo o que apanhou. Com estas chuvas muitas pessoas ficaram sem a sua habitação, sem as suas terras, sem o seu sustento, sem os seus portos seguros, e verificamos que ao longo de oito anos a autarquia não olhou para estas duas Freguesias no intuito de melhorar o escoamento e canalização das águas, o reforço das estradas, e a limpeza das rochas e floresta.

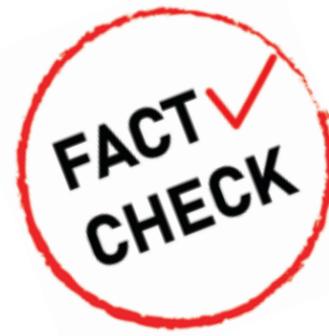
É por estas, e por muitas outras razões que a Concelhia de São Vicente e o Partido Socialista irão trabalhar para que tudo melhore.

Meus caros Camaradas, quero também informar que a Concelhia de São Vicente, o Partido Socialista, o seu presidente Paulo Cafôfo, e a Comissão Parlamentar, estiveram reunidos com o Presidente da Junta De Freguesia de Ponta Delgada, Miguel Freitas, em 29 de Dezembro do ano transacto, a fim de demonstrar o nosso apoio e solidariedade para com todos.

Foi ainda junto do Presidente da Junta de Freguesia, Miguel Freitas, que o Partido Socialista divulgou que irá apresentar propostas na Assembleia Legislativa Regional, nomeadamente:

-Propostas de:
- Apoio à população afectadas nas Freguesias de Ponta Delgada e Boaventura.
- Ajuda à população a nível das habitações e terrenos agrícolas.
- Ajuda para as infraestruturas públicas, nomeadamente águas e ribeiros.
- Ajuda ao poder local, uma vez que as Juntas de Freguesia são as que dispõem de menos verbas e poder económico, para fazer face a todo o trabalho que é necessário realizar. Com tudo isto demonstramos que estamos com todos vós e que mais uma vez cito:

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES.



PSD/CDS favorecem empresa privada

FACTOS

PSD E CDS PROPÕEM E VOTAM A FAVOR PASSAR DE 6 PARA 7 LICENÇAS, COM A ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE CAPACIDADE MÁXIMA NA EXTRAÇÃO DE INERTES DO LEITO DAS ÁGUAS COSTEIRAS

DECRETO-LEI REGIONAL N. 22/2018

A cada embarcação é afeta uma ou mais licenças, em função da sua capacidade de carga, nos seguintes termos:

- a) Com capacidade máxima a partir de 1.800m³ são afetas até três licenças
- b) Com capacidade máxima a partir de 900m³ e até 1.800m³ são afetas até duas licenças
- c) Com capacidade máxima até 900m³ é afeta uma licença

6 LICENÇAS

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE 2020

A cada embarcação é afeta uma ou mais licenças, em função da sua capacidade de carga, nos seguintes termos:

- a) Com capacidade máxima a partir de 2.100m³ são afetas até quatro licenças
- b) Com capacidade máxima a partir de 1.100m³ e até 2.100m³ são afetas até duas licenças
- c) Com capacidade máxima até 1.100m³ é afeta uma licença

7 LICENÇAS

ESTA PROPOSTA FOI VOTADA NA ESPECIALIDADE, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD E CDS, E OS VOTOS CONTRA DO PS, DA JPP E DO PCP.

Ao aumentar a capacidade máxima afeta a quatro licenças para um máximo de 2.100m³, os partidos que compõe a maioria estão a beneficiar, de forma clara, um único navio. Existem três navios nesta atividade na Região Autónoma da Madeira:

- Anjos (propriedade da Navinerte, Extração e Exploração de Inertes Lda)
- Baixio (propriedade da Tecnovia Madeira, Sociedade

Empreitadas SA)

- Porto Novo (propriedade da António Pereira & Filhos Lda) Mas apenas um navio na Madeira tem a capacidade de carga para beneficiar desta alteração: o navio "Anjos", que conta com, pelo menos, 2.150 m³ de capacidade, e é propriedade de um armador ligado ao Grupo AFA, a Navinerte, que executará as licenças que serão atribuídas pela tutela competente do Governo Regional.

A maioria PSD/CDS trabalha para os grandes grupos económicos e não para as pessoas

Esta situação é inadmissível. É necessário mais respeito pelas pessoas e pelas famílias que vivem neste momento a maior crise das suas vidas. Só há um caminho: denunciar práticas lesivas e levar estes temas até às últimas consequências.



POLÍTICA DE PROXIMIDADE



PONTA DO SOL ARRANJA VEREDAS

A junta de freguesia da Ponta do Sol procedeu à reparação de um troço de 125 da vereda e levada no sítio da Amendoeira, na Lombada. A esta intervenção mais profunda vieram juntar-se uma série de ações de limpeza e monda em veredas e levadas um pouco por toda a freguesia. São obras de proximidade, em prol de uma freguesia mais acessível, cuidada e segura.



IMACULADO REPARA TRAVESSA

A travessa das Lajes foi objeto de melhorias por parte da junta de freguesia do Imacula-

do. A intervenção consistiu na criação de sistema de escoamento de águas pluviais na travessa e na entrada nº30, bem como na reparação pontual do pavimento e recebimento de águas pluviais. A obra contou também com a cooperação da Câmara Municipal do Funchal que procedeu ao asfaltamento do largo e da rampa. Para melhorar as acessibilidades na freguesia.



JUNTA INTERVÉM EM SÃO GONÇALO

A junta de freguesia de São Gonçalo procedeu já este ano a dezenas de pequenas intervenções e limpezas, de forma a manter acessibilidades e garantir o bem-estar das populações. Procedeu também ao levantamento de necessidades depois das intempéries do início do mês, resolveu o que podia, e informou quem de direito para os trabalhos de maior monta.



VEREDA MELHORADA NO CANIÇAL

A junta de freguesia do Caniçal e a câmara municipal de Machico construíram um muro de suporte, na travessa da Banda do Silva E. Esta obra, embora sendo uma pequena intervenção, é de grande valor para os moradores e crianças da freguesia quando se deslocam todos os dias para a escola, proporcionando assim mais segurança. As pequenas obras de proximidade têm grandes mais-valias para as populações.



RIBEIRA DA JANELA RECUPERA FONTANÁRIOS

A iniciativa é da junta de freguesia da Ribeira da Janela, no Porto Moniz, e tem por

objetivo recuperar os fontanários da freguesia, muitos dos quais estavam em avançado estado de degradação. Trata-se de proteger o património da freguesia, bem como de trabalhos de proximidade que trazem vantagens a todos.



CAMINHO REAL EM SÃO MARTINHO

As obras de proximidade têm sempre impactos maiores do que parece na comunidade local. O restabelecimento de uma ligação pedonal na Ponte dos Socorridos, além de valorizar esta pérola do património arquitetónico da Região, promove dois percursos muito utilizados em São Martinho, como a Levada dos Piornais e a Promenade da Praia Formosa, dando mais uma alternativa aos funchalenses para fazerem as suas caminhadas e cuidarem do seu bem-estar físico durante o confinamento. Uma parceria entre a junta de freguesia de São Martinho e a câmara municipal do Funchal.



RESPONSÁVEIS. PRÓXIMOS. PREPARADOS.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



PS APOSTA EM APOIOS SOCIAIS

A deputada do PS-Madeira à Assembleia da República Marta Freitas relevou o trabalho prioritário do PS na criação e reformulação de prestações sociais inclusivas.

Durante a discussão de quatro projetos de lei referentes à Prestação Social para a Inclusão (PSI), Marta Freitas lembrou que esta foi uma medida criada pelo Governo do PS, em 2017, sendo que têm vindo a ser concretizadas

as fases previstas na sua implementação.

Tal como referiu a parlamentar, atualmente, a PSI conta com mais de 110 mil beneficiários, permitindo que pessoas com deficiência ou com um grau

de incapacidade igual ou superior a 60% tenham um apoio para ajudar a fazer face à sua condição, responder a constrangimentos financeiros resultantes da deficiência e contribuir para alcançarem a sua autonomia e inclusão.



FUTURO ESTÁ NO MAR

A presidência portuguesa do Conselho da União Europeia deve ser encarada como uma oportunidade de Portugal direcionar a estratégia europeia para o desenvolvimento da economia do mar, quer a tradicional, quer às novas atividades que este recurso atualmente proporciona, defende o deputado do PS-Madeira à Assembleia da República Olavo Câmara.

Aquando da audição ao ministro do Mar, no parlamento nacional, o deputado madeirense fez especial referência aos territórios insulares, defendendo que é preciso direcionar as medidas e as políticas para que “as regiões ultraperiféricas tenham na União Europeia o garante da plena mobilidade”. Olavo Câmara venceu a importância da mobilidade marítima, de carga e de passageiros, no sentido de fazer face à condição ultraperiférica das regiões autónomas.

ZONA FRANCA IMPORTANTE PARA A MADEIRA

Carlos Pereira, deputado do PS-Madeira à Assembleia da República, destacou o forte contributo da Zona Franca da Madeira (ZFM) para a economia e para o desenvolvimento da Região, alertando que tal não pode ser posto em causa. Numa intervenção no Parlamento, o socialista apontou um estudo da Universidade Católica, de 2019, que dá conta que a ZFM contribui com quase 400 milhões de euros no PIB – o equivalente a quase 10% – e representa quase 6.000 postos de trabalho. “Podia ser melhor, mas não é compreensível que

estes dados se considerem negligenciáveis”, afirmou.

Carlos Pereira acrescentou que a credibilidade da ZFM deve passar pela capacidade de atrair empresas, mas também pelas boas práticas de transparência e fiscalização que transmitem a confiança necessária aos mercados internacionais. “Em nenhuma circunstância um governo responsável pode colocar em causa estes atributos, porque, se o fizer, está a contribuir para a erosão progressiva do papel deste mecanismo para o desenvolvimento regional”, advertiu.



PASSA A PALAVRA

VOZES SOCIALISTAS

“Todos temos que fazer a nossa parte”
Sara Cerdas

“Respeitemos quem merece e quem nos elegeu para encontrar soluções para as problemáticas da nossa Região”,
Tânia Freitas

O PSD e CDS mostram que não têm vontade de trabalhar em prol do norte da ilha, pois nunca apresentaram uma única proposta que fosse no sentido de ajudar os municípios do Norte”
Beto Mendes

“Precisamos de uma resposta célere que responda às necessidades mais prementes do setor da Cultura”
Elisa Seixas

“Isto foi uma magnífica prenda de Natal oferecida por vossas excelências (PSD/CDS). Como é possível favorecerem uma empresa, à socapa, em 4 milhões de euros?”
Miguel Iglésias

“A revisão da Lei das Finanças Regionais reforça a autonomia e robustece a capacidade de melhor desenvolver políticas públicas na Região”
Paulo Cafôfo

“Há muitos anos que a agricultura tem sido

desprezada. As medidas para o sector primário são avulsas e sem critérios, muitas dessas medidas parecem ‘fatos à medida’ para servir interesses avessos ao sucesso do sector”
Jacinto Serrão

“Ninguém pode esperar que o Governo Regional acerte em todas as decisões que toma. Mas há duas premissas básicas com que deve reger a sua atuação: dar o exemplo e falar verdade!”
Sérgio Gonçalves

“Não tenham qualquer dúvida, quem melhor conhece as realidades locais são, em primeira instância, as Juntas de Freguesia e logo depois, as Câmaras Municipais”
Duarte Caldeira

“Afirmar o Mar é afirmar o nosso País e as nossas Regiões Autónomas!”
Olavo Câmara

“O Partido Socialista, efetivamente, tem marcado avanços a prestações sociais mais modernas e mais inclusivas”
Marta Freitas

“Há um caminho para o CINM mas não estraguem o que dá imenso trabalho a construir”
Carlos Pereira



Atividade do PS-Madeira, no dia 16/04/1975, na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte

PS MADEIRA DEFENDEU A AUTONOMIA NO “VERÃO QUENTE” DE 1975

O PS-M desdobrou-se em ações para dar resposta às diversas frentes do combate político no «Verão Quente» de 1975. O tempo era exíguo para promover reuniões com moradores, aqui e acolá, fazer comunicados para a comunicação social (em 31/08/75 contra a Frente Revolucionária), apoiar a comunicação social livre e fazer manifestações com comícios denunciando o poder totalitário que o “gonçalvismo” imprimia no país. A Assembleia Constituinte tinha sido ameaçada de bomba. Na Madeira a temperatura política não era muito inferior à do Continente, ainda por cima com os independentistas a deitarem cada vez mais “bombas” para a “fogueira”.

Gregório Gouveia

CARTOON PS MADEIRA



OPINIÃO

FAZER A DIFERENÇA NA REGIÃO

Quando estão em causa matérias como a da Covid-19 e as suas consequências na vida em sociedade, desde o emprego ao apoio social, o caminho só pode ser o da antecipação e determinação. Os autarcas do PS na Região têm dado esse exemplo, substituindo-se até ao que deveria ser uma intervenção rápida e eficaz por parte do Governo Regional.



O exemplo parte desde logo da capacidade de analisar os sinais, antecipar cenários e intervir. Foi isso que fez o presidente da Câmara do Funchal, Miguel Silva Gouveia, que alertou para o agravamento da situação da pandemia e para a necessidade de serem tomadas medidas urgentes. Este foi o impulso decisivo para que, com outros autarcas da região, fosse recebido na Quinta Vigia e o sinal de alarme tocasse no Governo Regional. Após dias a teimar ignorar a realidade, numa prática extensível a outras áreas da governação, o Governo Regional viu-se obrigado a tomar medidas concretas para combater a nova vaga da pandemia.

O combate à Covid-19 tem contado com o apoio ativo de todos os autarcas socialistas,

que desde a primeira hora disponibilizaram serviços camarários e mobilizaram a sociedade civil para apoiarem de forma direta quem precisa de ajuda. No Funchal, na Ponta do Sol, em Machico e em Porto Moniz, onde o PS é poder local, têm vindo a ser aprovadas e desenvolvidas várias medidas de apoio a diversos sectores, que vão desde isenção de taxas e pagamento de tarifas à economia local, apoio financeiro extraordinário a empresários, trabalhadores e famílias ou a entrega de material de proteção e desinfeção à comunidade escolar.

A proximidade aos problemas das populações está inscrita de forma indelével no património do PS Madeira. Perante este período inédito, nos tempos mais recentes, na história da região e do

País, não é possível baixar os braços. É por isso que o PS Madeira tem proposto soluções na ALRAM para apoiar as famílias, as empresas e os negócios. Perante o agravar do número de pessoas sem emprego, o PS Madeira defendeu um apoio urgente às empresas a fundo perdido. Se é fundamental conter o vírus e impor medidas para esse efeito, também é indispensável lançar estímulos que sirvam para combater o desemprego.

Também do ponto de vista da gestão da evolução da pandemia temos vindo a alertar que o Governo Regional deveria planear de forma mais eficiente o anúncio de medidas restritivas, fazendo-as acompanhar, em paralelo, por medidas compensatórias de apoios sociais que visem as ativida-

des profissionais mais afetadas pelas mesmas medidas. Ninguém duvida que é difícil lidar com uma situação que todos os dias conhece novos desenvolvimentos. Mas exige-se responsabilidade, flexibilidade e, acima de tudo, transparência na divulgação da realidade vivida na Região.

Só com capacidade de decisão, arrojo e determinação se consegue mobilizar a sociedade para a “reconstrução” que, obviamente, vai chegar e exigirá o esforço de todos. O PS Madeira sempre disse presente nos momentos decisivos. Conto com todas e todos os militantes e simpatizantes para esta missão: devolver a esperança e o futuro à Região.

Paulo Cafôfo
Presidente do PS Madeira